AS POLÍTICAS DE ESTIMULAÇÃO AO TRABALHO DOS CATADORES NO RIO DE JANEIRO COMO ESTRATÉGIA ORIUNDA DA VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS*

RESUMO

Neste artigo, procuro problematizar o catador de materiais recicláveis, conforme ele foi alvo de políticas públicas (políticas de estimulação) a partir da década de 1990, por meio do estabelecimento de uma arqueologia e uma genealogia (FOUCAULT, 1972, 1980, 1984) a respeito dele. Textos (acadêmicos, relatórios, projetos) e entrevistas foram por mim considerados à luz dessa construção analítica, a partir do que procurei identificar os discursos que atravessam este tema. Realizei também observações e entrevistas com 66 catadores e gestores públicos entre os anos de 2002 e 2007. Procuro mostrar que o desenvolvimento de tecnologias e de um mercado de recicláveis, aliado ao crescimento da demanda industrial por matéria-prima, foram as condições que possibilitaram que o catador fosse alvo dessas políticas de estimulação. Não obstante essas condições, tais políticas teriam propiciado mais o desenvolvimento desse mercado da reciclagem do que a organização dos seus já tradicionais trabalhadores, e seriam um efeito e não um dos propulsores desse desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE Catadores de materiais recicláveis, políticas de estimulação, genealogia, arqueologia, reciclável.

Maria Scarlet do Carmo scarletcarmo@gmail.com

Doutora em Administração pela EBAPE/FGV, com estágio doutoral na University of North Carolina at Chapel Hill (UNC), EUA; mestre em Química Biológica, área de Concentração em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pela UFRJ.

Filiação institucional: Consultora técnica da FGV Projetos – Rio de Janeiro-RJ e professora da graduação em Administração da EBAPE/FGV.

Artigo submetido no dia 08.09.2010 e aprovado em 01.11.2011

ABSTRACT *In this paper I propose the problematization of garbage – the social enhancement of garbage (as recyclable), and the specific government policies of stimulation were an attempt to make the recyclers adapt to this conjuncture. I considered post-consumption garbage as a discursive production (recyclable material, in the case). I investigated the construction process of the discourse concerning garbage and recyclers (archaeology and genealogy). This last as subject of a discourse made by rules as scale and competitiveness – or as effect of these practices.*

KEYWORDS *Recyclers, waste collectors, stimulation policies, genealogy, archaeology, recyclable.*

*Este artigo recebeu menção honrosa na 2ª edição do Prêmio Políticas Públicas e Equidade, promovido pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuro problematizar o catador de materiais recicláveis por meio do estabelecimento de uma arqueologia e uma genealogia (FOUCAULT, 1972, 1980, 1984) a seu respeito, conforme ele passou a ser alvo de políticas públicas específicas (políticas de estimulação), a partir da década de 1990. Parti da suposição de que foi o desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento e de um mercado de recicláveis, aliado ao crescimento da demanda industrial por matéria-prima após a Segunda Guerra Mundial, que possibilitou a emergência do catador como um alvo de políticas (estratégias). Constatei que, mediante o uso de afirmações muitas vezes incompatíveis, estratégias similares foram implantadas em diferentes regiões do planeta. Estratégias essas que podem ser denominadas políticas de estimulação e que teriam o objetivo de apoiá-los. Ative-me às políticas de estimulação que se deram na cidade do Rio de Janeiro e tomei-as como ponto de partida para mostrar a evolução do catador como uma produção discursiva e como um efeito do desenvolvimento daquele mercado ou da comoditização do lixo reciclável pós-consumo. Como pós-consumo me refiro ao material descartado por moradores (lixo doméstico), escritórios e condomínios (lixo institucional) a fim de estabelecer uma distinção em relação ao lixo industrial, hospitalar, entre outros.

A abertura do Brasil ao capital externo, na década de 1990, gerou onda de desemprego sem precedentes, em que boa parcela das pessoas desempregadas, devido à baixa qualificação profissional (desemprego estrutural), acabou por se inserir no mercado de trabalho informal. Dentre essas atividades informais, está a de catador de materiais recicláveis, que nas duas últimas décadas ganhou proeminência em função do papel de entidades privadas, estatais, religiosas e ONGs. No âmbito dessas entidades, vou me ater ao papel do Estado, mais especificamente do poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro e sua política de apoio a esses profissionais, que ocorre concomitante a iniciativas em outras capitais do país (DEL GAUDIO, 2003; DIAS, 2002; MAGERA, 2003; NOGUEIRA, 1996, entre outros), no final da década de 1980 e início da década de 1990. Atualmente, eles seriam cerca de 150 mil profissionais, responsáveis por reciclar aproximadamente 90% do alumínio consumido no Brasil (ADEODATO, 2008; CEMPRE, 2009). Sendo que, no estado do Rio de Janeiro, eles seriam 40 mil, distribuídos em aterros e pela capital (JANSEN, 2009), onde se encontra um comércio já tradicional e que vem se reestruturando em função da atenção dada atualmente aos catadores e aos recicláveis.

Segundo Medina (2007), o catador seria um fenômeno universal, porém existiria em menor quantidade em alguns países da Europa, nos EUA e no Japão do que em outros, da África, Ásia e América Latina. Embora Medina (2007) afirme que o catador é anterior ao surgimento do capitalismo (pré-capitalista), ele aparece como alvo de políticas com o capitalismo. Ele teria sobrevivido da venda dos restos orgânicos (esterco e sobras de alimentos), que eram vendidos ou utilizados como adubo, e mais tarde da coleta do lixo inorgânico, proveniente das ruas ou lixões, conforme a demanda comercial de determinados produtos daí oriundos. A venda de papéis, garrafas, metais e plásticos sempre existiu de acordo com o interesse do mercado (KASEVA e GUPTA, 1996). É com a Revolução Industrial, no entanto, que a catação de material para reciclagem toma um caráter mais encorpado, tanto pelo tipo de lixo gerado (embalagens, recipientes) como pelo aparecimento da 'sociedade de consumo' (EIGENHEER, 2003; MAGERA, 2003).

No Brasil, o comércio de resíduos, segundo Portilho (1997), foi iniciado pelas mãos dos garrafeiros do início do século XX, à medida que

estes foram estruturando seus negócios. Por garrafeiras se definem as pessoas que coletam em veículos e também compram objetos nas ruas – dos catadores – e depois os vendem para compradores maiores – os atravessadores –, pessoas que os beneficiam (limpam), acumulam e repassam para as indústrias. Com o passar do tempo, por volta dos anos 1950, esses garrafeiros, migrantes, geralmente de origem portuguesa, passaram a se envolver somente com a compra do material, à medida que foram sendo substituídos, no processo de coleta, pelos catadores com o perfil acima citado. O catador no Brasil tende a ser considerado um resultado do desemprego e da expectativa de obtenção de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, quando do desenvolvimento da sociedade industrial. De acordo com Dias (2002), no entanto, já no final da década de 1930, haveria registros de catadores na cidade de Belo Horizonte com aquele perfil. A venda para garrafeiros é o modo tradicional de repassarem o que coletam. Na cidade do Rio de Janeiro, atualmente, esses sucateiros e garrafeiros na maioria das vezes são imigrantes de outros países, enquanto os catadores seriam praticamente migrantes ou filhos de migrantes nordestinos.

Os catadores costumam ser classificados como pessoas sem instrução – que migram para as cidades devido ao influxo industrial –, exiladas, marginais (KASEVA; MBULIGWE; KASSENGA, 2002; MEDINA, 1998, 2000; VAN BEUKERING, 1994) e sem qualificação profissional. Ao passo que sua existência costuma ser atribuída à conjunção ou à presença de três fatores, a saber: 1) mercado de materiais secundários (ou resíduo doméstico pós-consumo); 2) lixo em quantidade e qualidade suficiente para atender à demanda industrial por material de baixo custo; e 3) pessoas com baixo poder aquisitivo, compelidas a trabalharem numa tarefa arriscada, de baixo *status* e com salários miseráveis (BARTONE, 1990; DI VITA, 2001; MEDINA, 1998, 2001; SICULAR, 1991). Birkbeck (1979) recusa a questão da miséria comumente a eles associada, sugerindo que, em vez de serem vistos como sinônimos de pobreza, deveriam ser vistos como o resultado dela. O aparecimento ou aumento deles se dá em períodos de escassez, de guerras ou de crises econômicas severas (CASTILLO BERTHIER, 2003; KASEVA e GUPTA, 1996; MEDINA, 2000). Segundo Medina (2001), por exemplo, no leste europeu os catadores teriam aumentado em função do desemprego e da remoção das redes de segurança após o colapso da União Soviética. Esse autor acredita que, se a rede de segurança para os pobres acabasse nos EUA, o número de catadores aumentaria, levando a um potencial conflito entre eles e os programas de reciclagem já existentes.

Embora sejam apresentados pela literatura como trabalhadores típicos dos países em desenvolvimento, devido ao desemprego e à falta de redes de segurança (CASTILLO BERTHIER, 2003; KASEVA e GUPTA, 1996), é a raridade de pesquisas sobre esses atores nos EUA que, segundo Bartone (1990), daria a impressão de sua inexistência por lá, sugerindo que seja observada a atividade de catador de jornais. Na verdade, lá, a catação teria perdurado durante a primeira metade do século XX nas ruas e nos aterros, só sendo banida na década de 1950 por motivos sanitários (CASTILLO BERTHIER, 2003; COINTREAU, 1986; MELOSI, 2001).

No Brasil, a catação é considerada como fruto da pobreza (EIGENHEER, 2003, GONÇALVES, 2006; MAGERA, 2003; PORTILHO, 1997) e do desemprego, que se acentuou, principalmente, após a abertura ao capital externo na década de 1990, quando a reestruturação da produção – mediada pela automação do setor industrial e pela terceirização – resultou numa onda de desemprego e no aumento da informalidade. Com essa automação, trabalhadores com baixo nível educacional e sem qualificação foram excluídos do mercado de trabalho e buscaram alternativas

para sobreviver em atividades informais com baixos salários e sem direitos.

Ao me empenhar em mostrar que o desenvolvimento de tecnologias e de um mercado de recicláveis aliado ao crescimento da demanda por matéria-prima foram as condições de possibilidade do catador como alvo de políticas públicas de estimulação, não recuso a conjuntura narrada acima. No entanto, procuro mostrar que, de acordo com os elementos do discurso (arqueologia) que aparecem relacionados ao lixo doméstico pós-consumo, o tema relativo ao catador é evocado pelo poder público como alvo de políticas de forma diferenciada. Nesse sentido, procuro discutir a racionalidade que permeia as práticas (táticas, estratégias) voltadas aos catadores, conforme se alteram os enunciados em relação ao lixo. Mais especificamente, quando de problema do Estado (insalubre, poluente) passa a objeto de interesse privado (*commodity*). Nesse sentido, procurei identificar: i) quem elaboraria as regras do discurso sobre os catadores, considerando-se uma mudança no modo de se referir ao lixo doméstico pós-consumo e ii) qual o efeito desse discurso (a respeito dos catadores) sobre eles mesmos.

A arqueologia e a genealogia são os termos que designam a análise de Michel Foucault (1972, 1980), a qual implica identificar os elementos de que um determinado tema é composto como uma unidade discursiva (arqueologia) e por meio de que mecanismos, e de quem (genealogia), ele é formado. Assim, pretendo buscar, na concomitância de discursos relativos ao termo 'catador de lixo' (ou temas que o atravessam), a regularidade de elementos (afirmações, conceitos, estratégias) que determinariam o que se pode ou não falar (práticas discursivas/arqueologia) e fazer (práticas não discursivas/genealogia) a seu respeito. Textos específicos e entrevistas (com gestores públicos e catadores de material reciclável de três cooperativas) foram por mim considerados à luz dessa perspectiva, de modo que procurei identificar por meio deles: os temas ou discursos associados ao termo 'catador' (arqueologia) e o modo como esses discursos que são produzidos (por quem e como) incidem sobre o catador (genealogia), bem como os seus efeitos (sujeição).

No que tange às práticas voltadas para os catadores, em estudo minucioso, Medina (2000, 2007) propõe que foram quatro os tipos de políticas pensadas pelo Estado: de repressão, de omissão, de conspiração e de estimulação. A política de repressão é aquela que considera os catadores como parte da massa amorfa de excluídos sociais, e a catação uma atividade desumana, ilegal, símbolo de atraso, fonte de embaraço e de vergonha. Sendo assim, suas atividades seriam evitadas ou proibidas em determinados horários. A política de omissão ocorre quando são simplesmente ignorados pelas autoridades (MEDINA, 2000). Já a política de conspiração é marcada pela fraude, em que funcionários do governo desenvolvem com os catadores uma relação de exploração, de ganho e de assistência mútua – espécie de clientelismo político. Na Cidade do México, autoridades do governo e lideranças formadas entre os catadores (denominados "caciques"), de acordo com Castillo Berthier (2003) e Medina (2001), teriam desenvolvido uma complexa estrutura de relações que incluiria não só catadores de depósitos, como também varredores de rua, coletores de resíduos, atravessadores, industriários e autoridades locais. Algumas das relações ilegais incluiriam o pagamento de suborno aos oficiais do governo a fim de que ignorassem tais abusos de poder.

A política de estimulação, ao considerar as deficiências ou a inaplicabilidade das tecnologias de gerenciamento de resíduos americanas e europeias para os países em desenvolvimento, reconhece o papel importante desempenhado pelo catador nesse setor, pelas suas facilidades de acesso ao reciclável pós-consumo em áreas onde aquelas tecnologias não alcançam. Uma das razões dessa inacessibilidade é o fato de o lixo produzido

nesses países ser mais orgânico (COINTREAU, 1986). A constatação de sua importância leva a que sejam consideradas como pessoas preparadas para enfrentar adversidades, já que seus veículos seriam mais apropriados do que os caminhões compactadores para a coleta, por exemplo, nas más condições das favelas (MEDINA, 2000). Outros autores que também desenvolveram trabalho no México afirmam que, sem essa habilidade do catador, somente o que fosse voluntariamente separado pelos geradores chegaria às companhias de reciclagem (OJEDA-BENÍTEZ; ARMIJO-DE-VEGA; RAMÍREZ-BARRETO, 2002).

Exemplos dessas políticas de estimulação podem ser vistos na Indonésia, em que há leis nacionais de apoio (KASEVA; MBULIGWE; KASSENGA, 2002), incentivo do governo central para a formação de cooperativas, financiamento pelos bancos de empréstimos e imposição de tributos ao material importado (MEDINA, 2000). Além da Indonésia, são mencionadas políticas de estimulação também na Tanzânia, no Paquistão, em Cingapura e em Taiwan (COINTREAU, 1986; KASEVA; MBULIGWE; KASSENGA, 2002).

Neste artigo, sugiro que esses quatro tipos de políticas tendem a ocorrer de acordo com as práticas discursivas e não discursivas produzidas a respeito do lixo e do modo como os catadores são incorporados como elementos componentes dessas práticas. Dessa forma, procuro mostrar algumas afirmações ou verdades produzidas a respeito do catador para posteriormente apresentar as estratégias do poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro (nas duas últimas décadas) que permitem responder às seguintes questões: quem produz esse discurso (elabora suas regras) e que efeitos isso gera naqueles sobre os quais tal discurso incide. Os achados me levam a concluir que os catadores, de uma política de repressão e omissão, passaram a alvo de uma política de estimulação com traços de conspiração, conforme os modos de se referir ao objeto lixo doméstico pós-consumo se alteraram: de insalubre a *commodity* (quando tratado). Sendo o discurso elaborado sobre o resíduo tanto como sobre o catador oriundo de especialistas, capazes de gerar efeitos distintos conforme a racionalidade (ou as regras do discurso).

2. METODOLOGIA

Para analisar o catador como uma produção discursiva, procurei apontar algumas das verdades em torno desse tema e identificar por meio de que elementos tais verdades são compostas, mediante a análise das: 1) afirmações oriundas de discursos acadêmicos, 2) declarações de pessoas envolvidas com esse tema, na condição de elaboradores de estratégias (gestores do poder público municipal, coordenadores e administradores de cooperativas); 3) declarações daqueles a quem se dirigem tais afirmações e estratégias (os catadores, no caso).

Realizei 19 entrevistas abertas com oito catadores – sendo quatro tradicionais –, dois pequenos compradores, dois gestores públicos, três representantes de ONGs, três coordenadores de projetos e um presidente de uma cooperativa. Desses entrevistados, cinco eram ligados à elaboração dos programas de cooperativas do poder público (duas delas de ex-catadores) e uma era ligada à Coordenação Estadual do Movimento Nacional de Catadores (MNCR). Além dessas entrevistas abertas, realizei 49 entrevistas semiestruturadas com catadores de três organizações distintas, sendo que 11 deles eram de uma organização composta de catadores tradicionais (no período entre 2004 e 2005 e, posteriormente, 2006 e 2007). Além dessas entrevistas, consultei textos acadêmicos que abordavam a temática do catador de material reciclável e da reciclagem, obtidos no Web of Knowledge, no Scielo e no Portal Capes,

afora relatórios do poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro e do Banco Mundial.

De acordo com o construcionismo, não haveria realidade externa ao eu, de forma que tudo é construído por meio da interação social, logo, do discurso (HARDING, 2003), e, seguindo essa lógica, muitos levam em consideração a perspectiva de Foucault e a necessidade de compreensão histórica do modo como um determinado discurso se desenvolve. Nesse sentido, é como um instrumento de análise que a obra de Foucault vai ser por mim considerada quando da análise dos resultados. O construcionismo social examina como os significados que os indivíduos trazem para as categorias de experiência (tais como gênero, sexualidade, por exemplo, dentre outras) são formados e usados na constituição de seus mundos. Para se compreender o modo como os significados são formados, no entanto, deve-se fazer também uma análise das condições que permitem essa formação (arqueologia), bem como o efeito desses significados naqueles a quem eles se dirigem (ou são seus alvos).

É em *The Archaelogy of Knowledge* (1972) [*La archéologie du savior*, 1969] que Foucault se dedica à descrição do que ele nomeia como arqueologia, ao apresentar as regras que permitem um enunciado (discurso) e ao mostrar como os saberes (unidade discursiva) em geral são formados – práticas discursivas e não discursivas –, a partir de elementos (afirmações, conceitos, estratégias e teorias) cuja identificação se designa por arqueologia, e cuja racionalidade se institui como genealogia. Ambos (gênero e sexualidade, conforme exemplificado, ou a loucura, entre outros) seriam saberes que adquirem legitimidade não pelos objetos ou conceitos que evocam (elementos do discurso), mas pelos interesses que atendem (racionalidade).

Enquanto a arqueologia trata o discurso como uma dispersão de elementos (modalidades enunciativas ou afirmações, conceitos, estratégias e teorias), a genealogia vislumbra as condições históricas (regras) que permitem o ajuntamento dessa dispersão. Assim, desde que identificados os elementos da dispersão pela arqueologia, a genealogia consiste em reconhecer as regras que conferem sua unidade (de tais elementos) e apontar o grau de importância que alguns discursos (saberes) recebem em detrimento de outros em um determinado período. No tópico seguinte, procuro definir dois desses quatro níveis, uma vez que, de acordo com meus resultados, no que tange à análise dos catadores, a ênfase deve ser dirigida aos níveis das modalidades enunciativas (afirmações) e das estratégias (práticas discursivas e não discursivas, respectivamente).

3. DESENVOLVIMENTO

Ao transpor a construção analítica de Foucault para a questão dos catadores, quero mostrar que, embora eles subsistissem do resíduo muito antes de se falar em reaproveitamento, foi somente a partir desse objeto tomado como uma formação discursiva determinada (como reciclável, objeto de valor, *commodity*) que eles passaram a adquirir existência como alvo de políticas (de estimulação). Daí o motivo pelo qual apresento a formação discursiva relacionada ao resíduo doméstico pós-consumo quando identifico as práticas discursivas (afirmações, estratégias) em torno dos catadores.

No tópico abaixo e no seguinte, procuro identificar que discurso é esse que leva à produção de práticas ligadas ao catador – conforme ele é retratado ou se retrata atualmente – por meio de diferentes especialistas e instituições, e a partir de que condições históricas de possibilidade (a partir de que regras)?

3.1 O trabalho do catador – afirmações e estratégias

Nos tópicos a seguir, são apresentadas algumas afirmações produzidas pela literatura acadêmica sobre os catadores. O termo "afirmações" – ou nível das modalidades enunciativas – aqui se refere a tudo o que é proferido e que ajuda a construir o discurso sobre o catador, ou seja, o conjunto de regras que possibilitam as enunciações e que determinadas afirmações pertençam a um mesmo conjunto: descrições, deduções, analogias, verificações, regulamentos, sistemas de registros, anotações, classificações e estatísticas, dentre outros. Este texto refere-se às condições legais que dão o direito a determinado ator e não a outro de praticar e de estender um conhecimento: a quem é concedido o direito de proferir, quem é qualificado para isso e qual a sua posição no discurso. Refere-se também aos princípios que estabelecem aquilo que pode ser dito sobre determinado objeto (FOUCAULT, 1972; MACHADO, 1981; DREYFUS; RABINOW, 1983), ou ao uso de determinadas afirmações e não outras. Suas verdades, ou aquilo a que, dessas afirmações proferidas sobre os catadores, no caso, lhes é dado acesso – mediante jornais, palestras, eventos, reuniões de trabalho – e que surte em práticas como as políticas de apoio (estratégias), a necessidade de cooperação e adesão às normas das cooperativas.

Por fim, o nível das estratégias se refere ao meio para se alcançar uma determinada finalidade: os mecanismos para se sustentar um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1983). O nível das estratégias refere-se ao que está por trás da emergência das afirmações, a quem profere o discurso (conhecimento) e ao reconhecimento de que isso está restrito a um grupo particular. Segundo Foucault (1972), na sociedade ocidental, a propriedade do discurso – ou seja, o direito de falar, a habilidade de compreender, o acesso às afirmações e a capacidade de investi-lo em decisões, instituições ou práticas – está confinada a um grupo particular de indivíduos. Assim, procuro verificar, no caso dos catadores e, por extensão, do resíduo doméstico pós-consumo, a quem é dado esse direito e as instituições e práticas que daí advêm.

3.1.1 As afirmações sobre os catadores

O termo "catadores", conforme Sicular (1991), é atribuído aos grupos engajados em várias atividades relacionadas à coleta de produtos descartados como lixo por geradores, para consumo direto ou revenda, ou ao seu tratamento como matéria-prima. Esse autor, assim como Cointreau (1986), admite, no entanto, que, de acordo com o local, muitas vezes é difícil definir a linha que separa um catador de um coletor de lixo – trabalhador ligado ao serviço público. Segundo eles, em algumas cidades do mundo é difícil também estabelecer uma distinção entre os que ganham pelo serviço de remoção – aproveitando, assim, para vender o que é aproveitável – e os que pagam pelo direito de acesso a objetos – em meio ao que procuram para vender. A cidade do Cairo é um exemplo disso (FAHMI, 2005), tal como fora a cidade de São Francisco do final do século XIX e início do XX (COINTREAU, 1986).

A recuperação de material por esses atores costuma ocorrer em condições geográficas, socioeconômicas e políticas distintas, seja a partir da coleta dos resíduos nas ruas, antes de serem dispostos em aterros, em depósitos, em contêineres de comerciantes, condomínios ou residências; seja mediante a compra de recicláveis dos residentes ou zeladores de condomínios; por meio da coleta em aterros legais ou ilegais, e em canais ou rios que atravessam áreas urbanas repletas de material misturado.

Segundo Castillo Berthier (2003) e Medina (2007), conforme o local, aqueles que têm a catação de material reciclável como meio de subsistência recebem diferentes denominações. Para Sicular (1991), porém, além do local em que operam, outro critério para classificá-los/denominá-los seria o tipo de material que catam. Acredito

que a mudança na forma de nomeá-los é algo extremamente significativo e diretamente correlacionado com o modo como o resíduo doméstico pós-consumo passa a ser considerado (em função do desenvolvimento do mercado de recicláveis e do crescimento da demanda industrial por matéria-prima).

Nesse sentido, até que ponto essa mudança na forma de nomeá-lo não coincide com o os discursos que passam a ser proferidos sobre os resíduos domésticos pós-consumo? De acordo com Medina (2001, 2007) e Birkbeck (1979), há muitas falhas no conhecimento sobre a evolução da atividade de catador através da história e do modo como se organizam para o trabalho. Não obstante essas falhas, ela teria uma longa tradição e seria considerada pela literatura como a atividade mais antiga de recuperação de lixo em muitos países. A única pista que se tem é sobre a constatação de sua menção constante pela literatura (acadêmica principalmente) atual. Segundo Tevera (1994), o catador – de aterro especificamente – teria se tornado um tópico acadêmico a partir de meados da década de 1970. E é essa popularização do termo que me chama a atenção, bem como a alteração da nomenclatura dada a esse trabalhador, o que me leva a pensar a respeito das 'verdades sobre o catador' – ou seja, sobre aquilo que é dito como um saber (conhecimento) a seu respeito.

3.1.2 As verdades sobre o catador

A revista organizada pelo movimento dos catadores – *Catadores de Vida* (2002) – dá conta de que eles, no Brasil, existiriam há mais de 50 anos, passando a ter destaque na sociedade na última década do século XX. Um catador entrevistado declara:

> O catador de papel existe desde os anos 1970, 1980. A gente ouviu a história do seu surgimento num Congresso Nacional. São pessoas das épocas antigas mesmo. Começou por causa disso, pessoas que perdiam o emprego, não tinham como sobreviver, catavam uma latinha, um papelão [...] (CATADOR).

Essa história foi contada a ele por um palestrante (especialista) em um congresso. Ela não partiu de uma constatação pessoal sua. É esse fato que tomo como ilustração daquilo que foi por mim percebido ao longo de várias entrevistas, no que tange à diferença entre o que suas experiências permitiam constatar/afirmar – como o fato de que as pessoas se tornam catadoras devido à falta de outro trabalho, por exemplo –, e o que lhes era transmitido como sendo verdade a respeito deles. Verdade essa construída seja por cientistas sociais seja por engenheiros, dentre outros, que sugerem que a atividade do catador de material reciclável é um empecilho para um processo de reaproveitamento eficiente; ou que ela é preocupante, tendo em vista as condições de vida e de trabalho daqueles nela envolvidos diretamente; ou que ela deve ser apoiada mediante a organização de cooperativas e a realização de congressos/encontros, ou até valorizada devido à sua importância para a reciclagem (GONÇALVES, 2006; DO CARMO, 2009). A questão que quero colocar é: até que ponto as associações ou afirmações produzidas a respeito do catador não são senão verdades construídas em período datado, sem que esse trabalhador tenha participado da elaboração de tais associações ou afirmações (que, como se vê, lhe são transmitidas).

Em sua dissertação de mestrado, Gonçalves (2006) faz uma breve revisão a respeito de alguns textos acadêmicos que privilegiam o tema catador de material reciclável no Brasil na década de 1990 e início do século XXI. De acordo com sua revisão, os trabalhos da década de 1990 costumam fazer menção às condições de trabalho, à pobreza, à exclusão social, à informalidade e ao desemprego. Os do presente século, apesar de ainda mencionarem o tema ligado à pobreza e exclusão, dão ênfase aos movimentos para a busca de identidade (profissional) e cidadania.

Afora esses aspectos, as questões do impacto social sobre o fechamento de aterros (ADAMETES, 1998; BASTOS, 2007, entre outros) e da organização em cooperativas (GONÇALVES, 2003; GONÇALVES, 2006; MAGERA; 2003; NOGUEIRA, 1996, dentre outros) também teriam ganhado proeminência. Esses trabalhos acadêmicos costumam ir ao encontro do que disseram os gestores públicos municipais que entrevistei. Mas, não obstante esses temas, estigma (EIGENHEER, 2003; GONÇALVES, 2006; PORTILHO, 1997, entre outros), informalidade e exploração (CASTILLO BERTHIER, 2003; GONÇALVES, 2003; MAGERA, 2003; MEDINA, 2000, 2001) seriam os termos que mais comumente aparecem nesses textos.

O estigma significaria que, ao longo da história, o resíduo pós-consumo e aqueles envolvidos em tarefas ligadas a ele receberam tratamento diferenciado por parte da sociedade (TEVERA, 1994). Cemitérios, asilos, manicômios sempre foram condenados à periferia das grandes cidades, e os que neles trabalhavam eram tratados como cidadãos de terceira categoria (EIGENHEER, 2003). O afastamento desses trabalhadores ou dessas tarefas seria um modo de fazer com que não existissem (COSTA, 2004), já que seriam objeto de repulsa por serem associados à sujeira e à doença (MEDINA, 2000; PORTILHO, 1997). De acordo com Castillo Berthier (2003) e Gonçalves (2006), a independência, característica típica desse trabalho, também contribuiria para a associação de atributos negativos aos catadores, pois, a liberdade (de horários, por exemplo) nessa tarefa levaria a que fossem representados como figuras ociosas, sem motivação e preguiçosas.

Fora essa questão do estigma, a informalidade é outro aspecto muito abordado sobre essa categoria de trabalhadores, na literatura e ao se pensarem políticas para esse grupo. Atividades em pequena escala, trabalho intensivo, não regulado e sem os benefícios da seguridade social caracterizariam tal informalidade (CASTILLO BERTHIER, 2003; FUREDY, 1984). Ela estaria relacionada não só à catação, como também ao sistema de gerenciamento de resíduos, e incluiria, basicamente, a recuperação de material proveniente de espaços públicos. Ela impediria o conhecimento sobre o impacto social, ambiental e econômico desse trabalho (MORENO-SÁNCHEZ; MALDONADO, 2006), e sobre o número não só de catadores como de intermediários envolvidos nesse setor (MEDINA, 2001), atrapalhando, inclusive, o seu monitoramento (BUENROSTRO; BOCCO, 2003). Gonçalves (2006), no entanto, afirma que essa informalidade advém do fato de os catadores não se constituírem, ainda, na mentalidade daqueles que lidam com o reaproveitamento como profissionais, o que tornaria desinteressante a sua mensuração. No estado do Rio de Janeiro eles somariam 40 mil entre as ruas e os aterros (JANSEN, 2009). Mas, não obstante essa informalidade, ela não impede que seja feita menção à sua capacidade de recuperação (BARTONE, 1990). Esse fato, de acordo com Buenrostro e Bocco (2003), seria considerado suficiente para demonstrar a necessidade de incluí-los nos processos decisórios relacionados ao tratamento e ao gerenciamento de resíduos.

O catador também seria associado ao termo exploração. Segundo a literatura, eles seriam explorados por outros setores mais articulados da cadeia (BUENROSTRO; BOCCO, 2003; GONÇALVES, 2003; KASEVA; GUPTA, 1996; MAGERA, 2003), devido à própria estrutura do mercado da reciclagem e dos setores que a dominam – intermediários e indústria –, sendo comum a formação de oligopsônios informais, que levam a um controle do preço pago pelo material. Não obstante Rodriguez (2003), por exemplo, afirmar que a economia moderna dependeria da mão de obra deles.

Os catadores negociam com pequenos compradores (satélites) porque não têm condições de

negociar direto com as indústrias ou intermediários de médio e grande porte. Seria o desejo de romper com essa estrutura de dependência dos pequenos compradores – que os exploriam – que levou o poder público da cidade do Rio de Janeiro a montar estratégias de apoio (políticas de estimulação). No tópico seguinte, descrevo de forma breve essas estratégias de apoio.

3.1.3 O catador como alvo – as estratégias

As políticas voltadas para os catadores durante muito tempo usaram de métodos coercitivos. Da mesma forma que o lixo, eles permaneceram condenados às periferias das grandes cidades (BURKE, 2001). Portilho (1997) dá conta de que as primeiras iniciativas voltadas para o saneamento básico na cidade do Rio de Janeiro não faziam discernimento entre os dejetos e as pessoas consideradas indesejadas. A dificuldade de muitos para conseguir outro tipo de trabalho, seja pelo baixo nível educacional, seja pela idade avançada, geralmente levava a que os métodos coercitivos falhassem (KASEVA; GUPTA, 1996; MORENO-SÁNCHEZ; MALDONADO, 2006). Muitos catadores, de acordo com a literatura e com as entrevistas, gostam do ofício e se valem desse argumento para não se afastarem dessa atividade. Conforme os entrevistados, antes da política de estimulação da década de 1990, eles eram tratados como moradores de rua e mendigos, e, por esse motivo, encaminhados para albergues afastados da cidade, junto com seus pertences:

> Era a operação "cata tralha". O caminhão da prefeitura pegava as coisas dele [do catador], colocava tudo dentro do caminhão e levava para bem longe. Não queriam nem saber se ele tava ali trabalhando. (CATADOR, COOPERATIVA 3).

De acordo com Dias (2002), a prefeitura da cidade de Belo Horizonte praticava algo muito parecido. Apesar disso, alguns autores acreditam que táticas como essa não reduziriam o número de coletores nas ruas, uma vez que outros logo se encarregariam de ocupar esse vácuo (KASEVA; GUPTA, 1996; MEDINA, 2000). Elas, pelo contrário, só impactariam no padrão de vida deles, tal como ocorreu em Bogotá, onde os catadores, comuns no depósito municipal da cidade até o ano de 1980, após a construção do aterro sanitário foram proibidos de frequentá-lo (MEDINA 2000), sendo levados a andar (mais) pelas ruas a fim de obterem um rendimento similar ao que obtinham naquele depósito.

O primeiro estudo sistemático sobre o lixo e o problema social nele embutido teria sido produzido no México em 1983 (CASTILLO BERTHIER, 2003), sendo que muitas das políticas oficiais voltadas para os catadores foram influenciadas pelas iniciativas do Banco Mundial, que, no início da década de 1980, produziu um projeto guia para o gerenciamento de resíduos. Esse projeto continha uma variedade de opções em tecnologia e gerenciamento de resíduos a serem consideradas de acordo com as circunstâncias locais dos países em desenvolvimento considerados (COINTREAU, 1986; FUREDY, 1984).

A partir do que constatei na literatura levantada, as afirmações e as estratégias associadas aos catadores foram se alterando. De alvos de política de coerção e repressão, passaram a políticas de estimulação. Da mesma forma, o modo de se referir ao lixo doméstico pós-consumo também se alterou. Daí a possibilidade de se pensar que, conforme as associações feitas em relação aos resíduos e àqueles que os manipulam, as resultantes podem ser diferentes. Mas isso não importa muito, pois, embora o modo de se referir a este resíduo específico (reciclável) não seja o mesmo, as regras de formação do discurso a respeito dele o são. Ou seja, as pessoas ou instituições aptas a falarem ou tratarem dele ocupam espaços determinados na condição de conhecedores, estrategistas e formuladores de regras. São essas posições que me interessam – ou o privilégio dado a algumas

pessoas em detrimento de outras –, a fim de responder às duas perguntas iniciais. Nesse sentido, no Quadro 1, abaixo, procuro ilustrar os temas que levaram o resíduo doméstico pós-consumo a ser alvo da administração das cidades e o modo como o catador se inseriu (ou foi inerido) como elemento constituinte dessa questão.

Quadro 1

Os discursos sobre o resíduo (questão) e as práticas discursivas (e não discursivas) relativas aos catadores

QUESTÃO	SANITÁRIA	AMBIENTAL	ECONÔMICA
PRÁTICAS DISCURSIVAS	Estigma, marginalidade; pobreza, más condições de trabalho; exclusão social, desemprego, massa amorfa (mendigos); atividade desumana e ilegal.	Implicações positivas no gerenciamento de resíduos e recuperação de recursos.	Informalidade, exploração, aptidão para coleta em favelas.
PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS	Políticas de repressão e de omissão (proibição, afastamento, exclusão).	Projeto guia do Banco Mundial para melhorar as condições sociais dos catadores (saúde, trabalho, mercado).	Políticas de conspiração e de estimulação (organização em cooperativas, legalização, leis de apoio, contratos de coleta, parcerias público--privadas); tributação, qualidade, escala.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 1, acima, procuro mostrar que, conforme o modo como o lixo foi considerado (como uma questão sanitária, ambiental ou econômica), as afirmações e estratégias relativas aos catadores se modificaram. À medida que o resíduo pós-consumo adquire uma visibilidade econômica – objeto de valor como matéria-prima (ou como uma questão econômica) e não mais apenas uma ameaça (à saúde e ao meio ambiente) –, o catador passa a ser alvo de *estratégias* diferentes. Da mesma forma que as *afirmações* que dão conta das *verdades* sobre ele podem ser distintas ou não, de acordo com quem as profere. Como uma questão sanitária, o resíduo teria de ser removido das cidades. Como uma questão ambiental, teria de ser tratado (reaproveitado). Como uma questão econômica, esse reaproveitamento, antes tópico de interesse exclusivo do Estado, passaria a atrair o interesse privado (como lucrativo). Afora o interesse privado, algumas iniciativas paralelas às políticas de estimulação se deram por parte de ONGs e de entidades religiosas.

3.2 Algumas iniciativas paralelas às políticas de estimulação

Tal como as políticas públicas de estímulo, iniciativas paralelas têm ocorrido no sentido de modificar as condições de trabalho e identidade dos catadores. Essas iniciativas partem de setores como ONGs, instituições religiosas e o Banco Mundial, cujas propostas, na década de 1980, enfatizavam a necessidade de os direitos sociais dos catadores serem preservados quando das políticas públicas de saneamento, disposição e reaproveitamento (COINTREAU, 1986; FUREDY, 1984).

No que tange às ONGs, há várias iniciativas pelo mundo afora. Na Colômbia, segundo Medina

(2000) e Rodriguez (2003), o movimento de cooperativa mais dinâmico receberia apoio de uma ONG (a Fundación Social) desde o ano de 1986. Essa ONG, no ano de 1991, lançou o National Recycling Program, que concedeu financiamento, empréstimo e assistência legal, administrativa, gerencial, e serviços de consultoria para mais de 100 cooperativas. Com seu sucesso, foram desenvolvidas estruturas organizacionais voltadas para associações de cooperativas nacionais, regionais e locais (MEDINA, 2000). Rodriguez (2003) dá notícia de que, no ano de 1990, aquela ONG promoveu o I Encontro de Recicladores, que culminou na Ação Nacional de Recicladores, em 1991, responsável por defender seus interesses quando da privatização dos serviços de coleta e da abertura ao modelo econômico neoliberal.

As ONGs também tiveram um papel importante na formação de cooperativas, como no caso da Ásia (Manila, nas Filipinas), mediante o incentivo para o uso de uniformes, carroças e bicicletas, e o programa de coleta em pontos determinados. Em Madras, Índia, uma ONG criou um programa de coleta de lixo em comunidades de baixa renda – mediante o empréstimo para a compra de veículos. Na Indonésia, indústrias e ONGs também estariam articuladas com o serviço de coleta (KASEVA; MBULIGWE; KASSENGA, 2002; MEDINA, 2001). No Cairo, Egito, o Zabbaleen Environmental & Development Programme (ZEDP), fundado na década de 1980 pelo Banco Mundial, sob a coordenação da ONG Environmental Quality International (EQI), efetuou um trabalho para melhorar suas condições de vida por meio do saneamento básico, suprimento de água e desenvolvimento de projetos de pequenas empresas (FAHMI, 2005; 2006). Segundo Ojeda-Benítez, Armijo-de-Vega e Ramírez-Barreto (2002), o envolvimento das ONGs deu credibilidade ao setor informal, pois elas possuiriam bons laços com os servidores municipais, o que proporcionou ligações quase que oficiais entre esse setor e as instituições públicas.

No Brasil, as ONGs e as entidades religiosas e empresariais também tiveram um papel importante no processo de modificação das condições de trabalho e identidade dos catadores. Em São Paulo, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) foi criada no ano de 1989, em um espaço cedido pelo poder público, com o apoio de entidades religiosas, como a Fraternidade das Oblatas de São Bento e a Organização de Auxílio Fraterno (OAF) (DEL GAUDIO, 2003; GONÇALVES, 2006). Em Belo Horizonte, em 1992 foi criado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, por meio do qual surgiu o Movimento dos Catadores, apoiado por instituições como a Cáritas Brasileira, a Associação de Catadores de Papel e Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), dentre outras. Entre as iniciativas apoiadas por essas instituições estaria a reivindicação de uma conduta diferente do poder público, que, até então, os tratava como marginais (DIAS, 2002). Na cidade do Rio de Janeiro, a Ricamare, fundada em 2003 mediante a associação de mais de 20 grupos de catadores, a cada dois meses realizava eventos em que se discutiam questões inerentes ao trabalho, às políticas públicas, às formas de organização e de beneficiamento do produto (GONÇALVES, 2006; GONÇALVES, 2003).

Já o Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Felc), criado em 1998, representou uma iniciativa em que órgãos ligados ao governo – como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades, mediante a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – e esses demais setores trabalharam conjuntamente a fim de elaborar programas de gestão de resíduos sólidos. Nessa parceria, os problemas gerados pelo resíduo sólido urbano e a questão social foram tratados conjuntamente, sendo que essa iniciativa foi a primeira a contar com a participação de catadores provenientes de localidades distintas.

Não obstante a atuação desses diferentes setores, algumas iniciativas, em vez de terem contribuído para modificar suas condições, deram maior visibilidade ao reciclável. Um exemplo disso é a iniciativa de uma ONG capitaneada por uma atriz de projeção nacional, que, no ano de 2003, ao desenvolver um projeto com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e gerar renda por meio da coleta de recicláveis, acabou por desestruturar o trabalho dos catadores antigos (tradicionais) do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Conforme seu projeto apresentou uma logística sofisticada, acabou por atuar em espaços anteriormente explorados pelos catadores lá existentes.

4. RESULTADOS

4.1 As políticas de estimulação do poder público da cidade do Rio de Janeiro nas duas últimas décadas

Além de privilegiar aspectos ligados à minimização dos riscos à saúde e ao tratamento adequado dos resíduos (reaproveitamento como forma de reduzir a vazão em aterros), as políticas de estimulação do início da década de 1990 procuraram melhorar as condições de trabalho, superar o estigma, acabar com a exploração, a marginalidade e a informalidade dos catadores. Estas políticas consistiram em ceder espaços onde foram montadas 18 cooperativas em diferentes bairros da cidade (sendo uma em Gramacho, no município de Duque de Caxias) para separação e acúmulo (economia de escala), com infraestrutura básica (instalação elétrica, escritório, cozinha e banheiros) (BRITO, 2001). Maquinarias como enfardadeiras (para redução do volume) e balanças (para pesar) foram cedidas pelos compradores, como tradicionalmente ocorre (MAGERA, 2003). O nome dado a essas políticas foi Programa de Cooperativas de Catadores e Carroceiros da Cidade do Rio de Janeiro. Acredita-se que esse programa seja resultado da Eco-92 e das questões relativas ao índice elevado de produção de resíduos, que surtiu, dentre outros, em propostas como o princípio dos 3Rs (*reduzir* o consumo e o desperdício, *reutilizar* e *reciclar* os materiais).

De acordo com as entrevistas com catadores tradicionais da região do Centro da cidade, não se teria notícia de políticas de estimulação anteriores à década de 1990. Embora esses mesmos catadores tenham afirmado sobre a concessão de um espaço pelo governo do Estado (um galpão), ele não possuía a infraestrutura que passaram a ter com a política de estimulação que, além da Comlurb, contou com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Diferente das usinas de separação de resíduos misturados, já existentes nos bairros do Caju e de Irajá, essas políticas procuraram apoiar os catadores de rua e de aterro ao aliar reaproveitamento e geração de renda. Ao oferecer espaços e recursos, o poder público tinha como objetivo criar condições para obtenção de escala antes da negociação, no caso, com atravessadores de médio porte (que só negociam em grande escala).

Os espaços disponibilizados foram administrados por lideranças eleitas pelos catadores, geralmente pequenos negociantes com quem já tinham o hábito de negociar (garrafeiros). Conforme alguns catadores, essas lideranças, de garrafeiros passaram a sucateiros, porque fizeram dos espaços cedidos pela prefeitura pontos fixos de compra (dos catadores) e venda (para atravessadores de médio porte). Com isso eles teriam passado a estabelecer as regras das organizações, em vez de aceder às estratégias propostas pelo poder público com a política de estimulação. Consequentemente, as vantagens do acúmulo (escala) não necessariamente foram alcançadas pelos catadores. Eles permaneceram a vender para pequenos compradores, como sempre fizeram, só que agora localizados nos pontos (fixos) cedidos pelo

poder público (sucateiros) e não mais em caminhões (garrafeiros).

Assim, a estratégia do poder público falhou, na medida em que os catadores não conseguiram participar da elaboração das suas regras, não obstante tenha logrado êxito ao possibilitar que o segmento encarregado da negociação da mercadoria se estruturasse melhor. O programa da década de 1990 teve um efeito contrário àquilo que os gestores públicos pretendiam:

> A Comlurb criou as cooperativas, e o catador tinha que se inscrever, levar duas fotos, fazer um crachá e ser reconhecido como membro. Ia ser criado um estatuto interno e externo e o catador tinha regras a seguir, descontos no salário [...] Mas tudo foi feito ao contrário: primeiro o catador foi posto dentro do espaço, depois foi criado um estatuto para depois ele ser recadastrado. O catador já estava acostumado a ficar dentro do espaço, a vender o seu material, a não ter seu salário descontado, levando a sua vidinha. (CATADOR DO CENTRO).

Ao usar o termo "vidinha", sua intenção foi mostrar que, para os que estavam habituados a práticas de coleta e venda, a adaptação às estratégias do poder público foi difícil. Como parte dessas estratégias, os gestores públicos coordenadores de projetos tentaram incutir alguns elementos discursivos (afirmações, conceitos) às suas realidades de trabalho, como: competitividade, cooperativismo, racionalização do sistema operacional, do serviço e do custo de coleta. Além dessas afirmações e conceitos, os catadores tinham de se haver também com a tributação alta, a qualidade e a escala. Estas duas últimas, práticas que regem as regras do discurso sobre o resíduo pós-consumo, conforme ele passa a ser considerado como um objeto de valor (*commodity*) – racionalidade econômica – e motivação para o poder público atuar junto a esses trabalhadores.

Além de espaços para montar aquelas 18 cooperativas, a Comlurb ofereceu apoio logístico a fim de ensiná-los a coletar e a beneficiar e, com isso, obterem um preço mais elevado. O objetivo era o de que, à medida que a logística fosse assimilada, superariam a dependência de sucateiros e garrafeiros que os explorariam. No entanto, foram como tais que os gestores das cooperativas passaram a se comportar—quando não distribuíam o usufruto das vantagens de tal logística com os catadores. Segundo um gestor da Comlurb, porém:

> O mais difícil foi organizar a cooperativa, porque eles tinham um tipo de trabalho individualizado ou em pequeno grupo que dominava um espaço físico. [...] Como eles não têm um *nível cultural alto*, uma *consciência de classe*, foi difícil. [...] O nosso papel foi juntar esses grupos incentivando uma *cultura mais solidária*. [...] No primeiro momento, criaram-se quatro núcleos de cooperativas e depois um núcleo central. Às vezes a gente tenta ajudar, orientando, assessorando do ponto de vista do conhecimento, para *que coletem mais, beneficiem melhor e obtenham preço mais alto.* (GESTOR PÚBLICO).

Nível cultural, consciência de classe e solidariedade são conceitos que ajudam a identificar o perfil que alguns gestores públicos teriam construído a respeito desses trabalhadores. Perfil esse que as estratégias por eles propostas teriam se empenhado em modificar, mediante a apresentação de noções como a de trabalho coletivo e de cooperativismo, de modo que:

> Na medida em que você tem catadores organizados, atuando dentro de normas sociais aceitas pelo Estado e pela sociedade, os que não são assim comprometem o trabalho daqueles, porque acham que a cooperativa tem que pagar diariamente e ficam girando em torno dela para vender. (GESTOR PÚBLICO).

Catador organizado seria aquele que adere a normas apresentadas mediante os cursos de gestão que foram oferecidos pelo poder público. Assim, tal como as suas verdades (do catador), colocadas anteriormente, as verdades da catação (do trabalho como catador) se apresentam aqui como algo que também lhes é transmitido por outrem. Dessa forma, do mesmo modo como são conta-

das histórias sobre suas origens, lhes são ensinadas técnicas de trabalho.

> A cooperativa é uma ação mútua para agregar valor ao produto dos catadores. Eu acredito num futuro promissor, sobretudo para uma massa que não teve nenhuma oportunidade de estudar, marginalizada, desempregada, sem uma atividade de subsistência. Por mais que eu queira absorvê-la, eu não vou conseguir. Só o lixo pode proporcionar esta atividade, com as condições adequadas de higiene, de segurança e com direitos sociais garantidos. A proposta foi a de ceder espaços com infraestrutura básica e dar orientação sob o ponto de vista gerencial. (GESTOR DA COMLURB).

Acredito que dar orientação sobre o "ponto de vista gerencial" – como beneficiar e vender melhor –, no entanto, soaria como uma redundância, já que a habilidade de anos de ofício dos catadores tradicionais faz deles pessoas aptas. O que eles não deteriam seria a lógica de mercado e as exigências daí decorrentes (de que muitos abdicariam). Isso só não se aplica ao caso dos iniciantes que passaram a se dedicar a essa atividade, tendo em vista a popularização da mesma, e que, de fato, precisariam adquirir algum tipo de orientação. Esses sim seriam uma produção genuína das estratégias montadas pelo poder público, ao representar o catador como um ator importante para a reciclagem: "Aí foi um tal de camelô, morador de rua, todo mundo se cadastrando... Todo mundo queria virar catador [na crença de que passariam a obter algum tipo de benefício do Estado].".

Segundo um catador do Centro, muitas pessoas teriam se cadastrado em função da mobilização do poder público, acrescente-se a isso o desemprego estrutural (oriundo da abertura do Brasil ao capital externo naquela década). Dessa forma, é preciso, portanto, estabelecer uma distinção entre os catadores que já estavam imersos na catação antes da década de 1990 e os que acorreram a ela posteriormente. Independentemente disso, conceitos como "beneficiar o produto" e "obter um preço mais adequado" seriam recentes entre os catadores, tradicionais ou não. Eles emergem a partir da disseminação da ideia de um "mercado exigente". Mas isso não significa que os catadores já não atendessem às demandas desse mercado.

Como a política não levou a que o catador usufruísse das vantagens da escala, o poder público abortou o programa (no ano de 1998), quando muitos permaneceram vinculados às cooperativas sobreviventes (já dominadas por interesse particulares), enquanto outros foram catar nas ruas de forma autônoma (como faziam anteriormente). Uma das alegações para o afastamento da Comlurb foi o fato de que a capacidade de armazenamento não garantiu um processo justo para o catador, pois as lideranças acabaram por reproduzir o modelo de compra e venda não favorável. Mas, apesar de ter se afastado, a Comlurb, até o ano de 2008, deu apoio técnico – como o fornecimento de água e coleta do material inservível – a algumas cooperativas. Não obstante esse afastamento, o poder público, no ano de 2001, por meio da Comlurb, inicia um novo projeto de cunho social, concomitantemente ao lançamento dos "ecopontos" – que são pontos de recepção de materiais recicláveis e entulho de obras provenientes de moradores (consumidores/geradores) – e aos programas de coleta seletiva – em escalas residências.

Essas duas últimas iniciativas – ecopontos e coleta seletiva – marcam o envolvimento também da sociedade com as questões ambientais associadas ao lixo doméstico pós-consumo – ao separá-lo. De modo que de um lado passa a haver um envolvimento da sociedade e de outro, um projeto de cunho social (geração de emprego e renda). Projeto esse voltado para pessoas menos favorecidas socialmente, contratadas para separar o material reciclável da coleta seletiva. Esse projeto, denominado Central de Separação de Recicla-

dos (CSR), inicia-se em 2003, quando é lançado o programa de separação de reciclados em usinas. Essa iniciativa, contudo, não incluía mais os catadores de rua do Centro e da Zona Sul da cidade, alvo das políticas de estímulo da década de 1990, devido ao fracasso daquela experiência.

4.2 Respostas às perguntas de pesquisa

4.2.1 Resposta à primeira pergunta

Para responder à primeira pergunta de pesquisa – relativa a quem elaboraria as regras do discurso sobre os catadores –, propus ser o catador não um tema anterior ao marco que o define como um trabalhador (uma profissão reconhecida pelo Estado desde 2002, como "catador de materiais recicláveis", na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO) (CATADORES DE VIDA, 2002; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). Mas sim como um tema anterior àquilo que define o lixo doméstico pós-consumo como um reciclável, conforme os depoimentos mostram que eles passaram a ser legitimados, ou reconhecidos socialmente pelo Estado, a partir da década de 1990, com as políticas de estimulação, e não mais de repressão, praticadas até aquela época: "A gente era tratado como mendigo pela prefeitura". Época que coincide com a difusão (e popularização) do conceito de reciclável. De modo que procurei estabelecer a localização histórica do resíduo doméstico pós-consumo –, que de problema sanitário passou a questão econômica (*commodity*) –, a fim de apresentar as condições de possibilidade do catador (como alvo de políticas), ou seja, os seus elementos componentes como uma unidade discursiva.

A arqueologia de Foucault, segundo Machado (1981), não é um método de análise empírico, mas um exame histórico das análises do discurso. Não é também uma história das ideias ou das ciências, mas o estabelecimento de uma análise do discurso anterior à sua classificação como um conhecimento. Por exemplo: o que a loucura era antes da psiquiatria; ou o resíduo doméstico pós-consumo antes do termo "reciclável", e como isso pôde se refletir nas práticas direcionadas aos catadores, ou seja, como eles eram levados em conta antes das políticas de estimulação.

Se a intenção do método analítico de Foucault (1972) é propor que um discurso que possa dar conta de seus domínios sem estar limitado às divisões que uma classificação qualquer possa estabelecer para ele, procurei duvidar dos discursos em voga. De modo que o que privilegiei como aquilo que pode ajudar a compor o campo e a regularidade do discurso sobre o catador (questões sanitárias, ambiental e econômica) deu lugar a uma dispersão de elementos que trato como fundadores dele como uma produção discursiva.

Quando considerei a arqueologia do catador, procurei neutralizar o discurso sobre esse tema a fim de identificar as regras que o constituem (colocadas no Quadro 1), por meio das quais percebi que ele foi alvo de práticas (discursivas e não discursivas) distintas, conforme os modos de se referir ao resíduo (regularidade do discurso). Como se o reciclável fosse condição para sua existência como indivíduo (trabalhador) ou seu contrário (massa amorfa). Dessa forma, em vez de elaborarem um discurso sobre eles próprios, pelo menos sobre suas práticas, eles teriam sido alvo de um discurso que articula a verdade deles e as práticas que deveriam seguir (sujeitar-se): "A Comlurb queria administrar as cooperativas, decidir para quem o papel ia ser vendido e a que preço". Discurso que os apresenta como pessoas que não dominariam ao certo a melhor técnica de coleta, organização e negociação, o que lhes deveria ser transmitido a partir de outros (especialistas), sejam eles acadêmicos, representantes do poder público, de ONGs e de instituições religiosas, dentre outros. Vejamos o Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – **O catador e suas condições históricas de possibilidade**

UNIDADE OU QUESTÃO	REGRAS	PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS
SANITÁRIA	Especialistas (engenheiros sanitários, médicos, assistentes sociais, gestores públicos, entre outros).	Políticas de repressão e de conspiração.
AMBIENTAL	Especialistas (ecologistas, engenheiros ambientais, gestores públicos, entre outros).	Políticas de estimulação.
ECONÔMICA	Especialistas (empresários – intermediários, beneficiadores –, industriários e gestores públicos, entre outros).	Políticas de estimulação e de conspiração.

Fonte: Elaborado pela autora.

Foucault (1972, 1980), ao propor que só é possível estabelecer o campo de um discurso mediante o conhecimento das suas regras de formação, estabelece que mesmo que as afirmações relativas a um determinado objeto advenham de fontes distintas (questão ambiental ou econômica, no caso), elas, ao serem enunciadas conjuntamente, fariam referência a esse campo (catador) ou ordem discursiva. Sendo assim, no quadro acima, procurei apontar a relação entre essas fontes com as autoridades (elaboradores de regras) e os meios (práticas) de que se valem para tratar do alvo em questão (os catadores), ou seja, o lugar ocupado por aquele que fala, em nome do que (de quem) ele fala, a partir de que e com que finalidade (melhorar as condições de trabalho e renda dos catadores ou a cadeia da reciclagem...).

Segundo Foucault (2008), desde o século XVI, o Estado teria desenvolvido políticas de poder que atuariam em prol de grupos determinados, tendo como resultante uma individualização das pessoas – mediante determinações sobre padrão de vida e segurança contra inimigos. Ambos aspectos necessários para o bom andamento do comércio e da produção, que se valeriam de levantamentos ou estatísticas populacionais, entre outros aparatos, que ajudariam a moldar o tipo de comportamento ou conduta condizente com determinada norma vigente. Sendo assim, se no caso da *História da sexualidade* (1984), essa norma teria sido a moral, e se no caso da criminalidade (*Vigiar e punir*, 2004), ela teria sido a jurídica/legal; no caso das políticas de estímulo aos catadores de material reciclável, proponho como norma a lógica de mercado.

4.2.2 Resposta à segunda pergunta

No que tange à segunda pergunta – relativa a qual seria o efeito do discurso sobre os catadores neles próprios –, considerei a noção de sujeito como aquele oriundo das regras formadas a partir das exigências de atendimento a uma lógica de mercado. Foucault fez uso do termo "sujeito do discurso" para articular uma forma de poder que simultaneamente subjuga e sujeita (BURREL, 1998; CRUIKSHANK, 1999). O poder em Foucault seria, então, algo que categoriza o indivíduo, ao ligá-lo a uma identidade imposta mediante uma verdade que deve ser reconhecida nele, por ele mesmo e pelos outros, um poder que torna os indivíduos sujeitos (1983).

A noção de indivíduo, então, é entendida como aquela relativa ao que atende às normas ou aos padrões (de vida, de segurança, especificados pelos

achados estatísticos, por exemplo) impostos. Por se tratar de imposições, no entanto, esses padrões – criados por grupos específicos – sujeitariam. De modo que o preço de se tornar um indivíduo (ser reconhecido como "trabalhador" e não como uma "massa amorfa") passa pela necessidade de aderir a normas (ou ao poder disciplinar) produzidas a partir de conhecimentos elaborados por instituições e especialistas (regras) determinados sem levar em conta a *expertise* de catadores tradicionais. Assim, procurei identificar as fontes, ou seja, de onde partem as regras do discurso sobre os catadores, como elas são aplicadas e por quem (genealogia), na crença de que, como efeito de um discurso sobre a reciclagem, pudessem passar a atores, de fato, responsáveis por ela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O efeito do discurso sobre os catadores neles próprios foi o de transformá-los em indivíduos sim (vide o reconhecimento social, o reconhecimento como profissão...), mas a um preço que não estariam interessados em pagar, pelo menos os tradicionais, conforme mostram alguns depoimentos: "A gente tava quieto no nosso canto e eles vieram com as políticas deles. Hoje tão tudo aí se elegendo e nós aqui perdendo os nossos pontos. Até pra artista"; "Hoje até artista, todo mundo, tá de olho no nosso lixo!".

Eles teriam sido instados a aderir a normas (regras) como competitividade, cooperação e solidariedade, hábitos diferentes daqueles a que estariam acostumados, em nome de uma melhora em suas condições sociais e econômicas, que, de acordo com os entrevistados, não foram alcançadas (ver DO CARMO, 2009a, 2009b). Ao longo das observações de campo, muitos catadores disseram que iriam largar a catação porque os rendimentos não eram mais os mesmos ou porque não conseguiam competir com os novos atores (mais articulados, segundo eles) que, estimulados pelo valor dos resíduos, teriam passado a se interessar pelo negócio: zeladores, faxineiros e, até mesmo, os cooperados das CSRs, entre outros. Em visita posterior (em 2007), muitos já não trabalhavam mais com a catação, tinham se tornado camelôs. Os que permaneceram, embora descontentes, se mostravam mais articulados, porém nostálgicos: "Ninguém sabe separar como eu, nem o sr. M. [do oligopsônio de papel]. Eles se deram bem às custas do nosso trabalho. Nós e que mostramos pra eles onde é que tinha papel bom...".

Mas, não obstante essa lógica de mercado que teria levado à formação do oligopsônio de papel ao qual ele se refere, por exemplo, os catadores passaram a ser reconhecidos como indivíduos perante o poder público e a sociedade, em contraposição àquela ideia de invisibilidade comumente preconizada sobre trabalhos "degradantes" (ASHFORT; KREINER, 1999; COSTA, 2004; HUGHES, 1962). Esse reconhecimento me alude a Butler (1997), para quem não há como fugir da determinação de ser sujeito de algum discurso. De modo que, da mesma forma que a política de estimulação ajudou a disseminar uma técnica ou atividade antes restrita aos trabalhadores tradicionais, ajudou a cunhar um termo ou trabalhador e uma atividade antes desconhecida (a catação).

Logo, não se trataria de negar a importância do Estado e de suas instituições em relação à questão dos resíduos e dos catadores particularmente. Mas de pensar sobre aquilo que, nele e nas suas instituições, gera efeitos perversos de sujeição ao discurso por uns (catadores) em função do interesse de outros (mercado, negociantes). É importante ressaltar que as práticas a que Foucault (1972; 1983) faz menção em seus trabalhos referem-se a todas as atividades da vida humana, o trabalho, a escola, as instituições em geral, que, se não têm o intuito de corrigir, teriam o intuito de controlar. Com isso, quero dizer que não me

propus neste artigo a atribuir a esse poder "disciplinar" de que fala o autor um caráter negativo, já que ele seria um investimento ao qual o ser humano está submetido diante das diversas relações que estabelece cotidianamente (BURREL, 1998). Mas me propus a pensar sobre as formas de se fazer política em nome dos catadores sem que se permita a eles aceder às regras do discurso que os determina mediante os recursos que já detêm, desconsiderados até aquele período investigado.

REFERÊNCIAS

ADAMETES, Claudia Megale. *O olhar da inclusão*: possibilidades de pesquisa com uma catadora de lixo. Tese de doutorado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, Brasil, 1998.

ADEODATO, Sérgio. *Reciclagem*: ontem, hoje, sempre. São Paulo: Cempre, 2008.

ASHFORT, Blake; KREINER, Glen. 'How can you do it?': dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 3, p. 413-434, 1999.

BARTONE, Carl. Economic and policy issues in resource recovery from municipal solid wastes. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 4, n. 12, p. 7-23, 1990.

BASTOS, Valéria. Na rota do lixo: da casa ao catador o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12, Foz do Iguaçu. *Anais*… Foz do Iguaçu: CFSS, 2007.

BIRKBECK, Chris. Garbage, industry and the 'vultures' of Cali, Colombia. In: BROMLEY, Ray; GERRY, Chris. *Casual Work and the Poverty in Third World Cities*. New York: John Wiley & Sons, 1979. p. 161-183.

BRITO, Elinor. *Programa Cooperativas de Catadores (Balanço Sintético –1993/2000)*. Rio de Janeiro: Diretoria de Serviços Oeste, Prefeitura, Comlurb, 2001.

BUENROSTRO, Otoniel; BOCCO Gerardo. Solid waste management in municipalities in México: goals and perspectives. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 39, p. 251-263, 2003.

BURKE, Peter. Uma história social do lixo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, p. 15, 2001.

BURREL, Gibson. Modernism, postmodernism, and organizational analysis: the contribution of Michel Foucault. In: MCKINLAY, Alan; STARKEY, Ken (Ed.). *Foucault, Management and Organization Theory*. London: Sage, 1998. p. 14-28.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power*: Theories in Subjection. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997.

CASTILLO BERTHIER, Hector. Garbage, work and society. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 39, n. 3, p. 193-210, 2003.

CATADORES DE VIDA. Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua. 1. ed. São Paulo: MNCR, 2002.

CEMPRE – Compromisso Empresarial com a Reciclagem, 2009. disponível em: http://www.cempre.org.br/ft_pet.php. Acesso em: 24.jun.2010.

COINTREAU, Sandra. *Environmental Management of Urban Solid Wastes in Developing Countries*: A Project Guide. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. Washington, D.C., 1986.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis*: relatos de uma humilhação social. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

CRUIKSHANK, Barbara. *The Will to Empower*: Democratic Citizens and Other Subjects. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

DEL GAUDIO, Rozalia. Reciclagem, ação social e política de gerenciamento do lixo em São Paulo. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27, Atibaia. *Anais*... Atibaia: EnAnpad, p. 1-16, 2003.

DIAS, Sonia Maria. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da Asmare. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto. *Anais*... Ouro Preto: ABEP, v.1, p. 1-25, 2002.

DI VITA, Giuseppe. Technological change, growth and waste recycling. *Energy Economic*, Catania, IT: Elsevier Science B. V. v. 23, p. 549-567, 2001.

DO CARMO, Maria Scarlet. A problematização do lixo e a produção do reciclável – uma analítica da gestão de resíduo pós-consumo e seus efeitos em consumidores/geradores e catadores. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, São Paulo. *Anais*... São Paulo: EnAnpad, 2009a. p. 1-16.

DO CARMO, Maria Scarlet. A semântica negativa do lixo como aspecto positivo: um estudo de caso sobre uma Associação de Recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 1, p. 21-50, 2009b.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
DREYFUS, Hupert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault*: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

EIGENHEER, Emilio. *Lixo, vanitas e morte*: considerações de um observador de resíduos. Niterói: Editora da UFF, 2003.

FAHMI, Wael Salah. The impact of privatization of solid waste management on the Zabbaleen garbage collectors of Cairo. *Environment & Urbanization*, v. 17, n. 2, 2005.

FAHMI, Wael Salah. Cairo's Zabbaleen garbage recyclers: multi-nationals' takeover and state relocation plans. *Habitat International*, v. 30, p. 809-837, 2006.

FOUCAULT, Michel. *The Archaelogy of Knowledge*. New York: Pantheon Books, 1972.

FOUCAULT, Michel. Truth and power. In: GORDON, Collin. *Power/Knowledge*. New York: Pantheon Books, 1980. p. 109-133.

FOUCAULT, Michel. The subject and the power. In: DREYFUS, Hupert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault:* Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago: University of Chicago Press, 1983. p. 208-225.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade - volume 2*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics*: Lectures at the Collège de France 1978-1979. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FUREDY, Christine. Socio-political aspects of the recovery and recycling of urban wastes in Asia. *Conservation and Recycling*, v. 7, n. 2-4, p. 167-173, 1984.

GONÇALVES, Marilene Parente. *Do material reciclável sobreviver, resistir e dele uma identidade construir*. Niterói. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, 2006.

GONÇALVES, Polita. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

HARDING, Nancy. *The Social Construction of Management*: Texts and Identities. London: Routledge, 2003.

HUGHES, Everet. Good people and dirty work. *Social Problems*, v. 10, p. 3-11, 1962.

JANSEN, Thiago. Catadores de lixo: atividade garante 40 mil pessoas no RJ. *Jornal do Brasil*, 2 de novembro de 2009.

KASEVA, M. E.; GUPTA S. K. Recycling: an environmentally friendly and income generating activity towards sustainable solid waste management. Case study – Dar-es-Salaam City, Tanzania. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 17, p. 299-309, 1996.
KASEVA, M. E.; MBULIGWE, S. E.; KASSENGA, G. Recycling inorganic domestic solid wastes: results from a pilot study in Dar es Salaam City, Tanzania. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 35, p. 243-257, 2002.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber*: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAGERA, Márcio da Conceição. *Os empresários do lixo – um paradoxo da modernidade*: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Átomo, 2003.

MEDINA, Martin. Border scavenging: a case study of aluminum recycling in Laredo, TX and Nuevo Laredo, México. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 23, p. 107-126, 1998.

MEDINA, Martin. Scavenger cooperatives in Asia and Latin America. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 31, p. 51-69, 2000.

MEDINA, Martin. Scavenging in America: back to the future? *Resources, Conservation and Recycling,* v. 31, n. 3, p. 229-240, 2001.

MEDINA, Martin. *The World's Scavenger*: Salvage for Sustainable Consumption and Production. Lanham, MD: AltaMira Press, 2007.

MELOSI, Martin. *Garbage in the Cities*: Refuse, Reform and Environment. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. http://portal.mte.gov.br/portal-mte/

MORENO-SÁNCHEZ, Rocío del Pilar; MALDONADO, Jorge Higino. Surviving from garbage: the role of informal waste-pickers in a dynamic model of solid-waste management in developing countries. *Environment and Development Economics,* v. 11, p. 371–391, 2006.

NOGUEIRA, Joseni. *Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo*: um estudo com catadores de lixo em Vitória Espírito Santo. Vitória. Dissertação de Mestrado do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil, 1996.

OJEDA-BENÍTEZ, Sara; ARMIJO-DE-VEGA, Carolina; RAMÍREZ-BARRETO, María Elizabeth. Formal and informal recovery of recyclables in Mexicali, México: handling alternatives. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 34, p. 273-288, 2002.

PORTILHO, Maria de Fátima. *Profissionais do lixo*: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1997.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de

lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura Souza dos. *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003. p. 281-314.

SICULAR, Daniel. Pockets of peasants in Indonesian cities: the case of scavengers. *World Development*, v. 19, n. 2/3, p. 137-161, 1991.

TEVERA, Daniel Silas. Dump scavenging in Gaborone, Botswana: anachronism or refuge occupation of the poor? *Human Geography*, v. 76, n. 1, p. 21-32, 1994.

VAN BEUKERING, Peter. An economic analysis of different types of formal and informal entrepreneurs, recovering urban solid waste in Bangalore (India). *Resources, Conservation and Recycling*, v. 12, p. 229-252, 1994.